



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011155-46.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título**  
 Requerente: **LUDIVINA MARTINS**  
 Requerido: **ARIOVALDO APAREIDO BRILIANO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação em que a autora se volta contra protesto que lhe foi lançado pelo réu por força da emissão de cheque para o pagamento de corretagem.

Alegou que esse pagamento era indevido, consoante se reconheceu em outro processo que tramitou neste Juízo, de modo que o protesto não teria amparo a sustentá-lo.

Pelo que se extrai dos autos, a autora emitiu um cheque ao réu para pagamento de corretagem atinente à compra e venda de imóvel, tendo a cártula sido protestada.

A discussão em torno de legitimidade da dívida cristalizada no referido cheque não pode ser mais travada diante da prolação da sentença cuja cópia se encontra a fls. 12/13.

Reconheceu-se então que esse débito não inexistiria à minguia de respaldo algum, tanto que foi o réu condenado a restituir à autora o montante correspondente ao mesmo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Diante desse cenário, impõe-se admitir a irregularidade na consecução do protesto do título, tendo em vista que a própria dívida que ele representava foi tida por inexistente.

A pretensão deduzida prospera nesse aspecto, sendo de rigor a sustação definitiva desse protesto.

Outra haverá de ser a solução para o pedido de indenização para reparação dos danos morais invocados pela autora.

Não obstante se reconheça que o indevido protesto renda ensejo a isso, os documentos de fls. 23/24 e 57/58 levam a conclusão contrária.

Eles demonstram que a autora ostenta diversas outras pendências financeiras além do protesto tratado nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e não foram impugnadas, o que inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência em situações afins:

*“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.”* (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

*“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.”* (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Nem se diga que essas outras pendências já teriam sido excluídas ou que não haveria nenhuma produzindo efeitos à época do protesto em apreço.

Em primeiro lugar, tal protesto ocorreu no dia 05/09/2014 (fl. 11) e nessa ocasião existiam negativas em aberto, outras já excluídas e outras que sucederam posteriormente, como se vê a fls. 23/24 e 57/58.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Em segundo lugar, e mesmo que assim não fosse, a quantidade de inserções não permite cogitar a ideia de que a autora tivesse a reputação abalada apenas pelo protesto noticiado, de sorte que ela não faz jus à indenização requerida a esse título.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para sustar o protesto tratado nos autos, tornando definitiva a decisão de fl. 17, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**